

AS POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD) NO ENSINO DA CULTURA POPULAR BRASILEIRA: análise das contribuições das Tecnologias Assistivas (TAs) em salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas de Belo Horizonte - Minas Gerais.¹

Ana Déborah Pereira de Barros²
Jacks Richard de Paulo³

RESUMO

A pesquisa pretende investigar as possibilidades de ensino da cultura popular brasileira para pessoas com deficiência (PcD) por meio das Tecnologias Assistivas (TA) no contexto da Educação Especial (EE). Aplicada como recurso didático, as Tecnologias Assistivas (TAs) assumem um papel estratégico no processo de ensino e de aprendizagem em salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), proporcionando autonomia e independência aos alunos com deficiência. Por sua vez, a obrigatoriedade do ensino da cultura popular brasileira nas escolas está fundamentada nos documentos norteadores de educação e, por isso, o conhecimento sobre as manifestações artístico-culturais populares deve se estender aos discentes que possuem algum impedimento físico, sensorial, mental ou intelectual. O marco teórico da pesquisa está fundamentado nos trabalhos de Vygotsky (2022), Mazzotta (2005) e Silva (2008) que versam, respectivamente, sobre defectologia, educação especial e cultura popular na educação. Através de oficinas colaborativas com os professores, o presente trabalho propõe-se analisar de que forma as Tecnologias Assistivas, com ênfase na Educação Especial, contribuem como ferramentas de ensino da cultura popular brasileira em salas de Atendimento Educacional Especializado de duas escolas públicas de Ensino Fundamental de Belo Horizonte - Minas Gerais. No que se refere ao percurso metodológico da pesquisa, a abordagem é qualitativa, com finalidade básica e o método de abordagem é indutivo. O universo de participantes compreenderá os professores que atuam em salas de AEE com o objetivo de realizar uma avaliação acerca dos resultados dessa pesquisa colaborativa na formação docente. As técnicas de coleta de dados empregadas serão pesquisa documental, observação participante, questionários estruturados, anotações de campo e registros audiovisuais. Finalmente, espera-se que a pesquisa proporcione uma reflexão sobre a importância da formação docente continuada na Educação Especial e reverberar as discussões no que diz respeito às políticas de acessibilidade no ensino da cultura popular brasileira para pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Tecnologias Assistivas. Atendimento Educacional Especializado. Ensino Fundamental. Pessoas com Deficiência. Cultura Popular Brasileira.

INTRODUÇÃO

Quando dissertamos a respeito da cultura popular brasileira, estamos evidenciando o Brasil como um celeiro extraordinário de manifestações culturais espalhadas por várias regiões do país e, além disso, emerge como um território da diversidade no século XXI. Essa pluralidade de expressões é encontrada na música, na dança, no teatro popular, na

¹ Projeto de Tese de Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto UFOP/MG

²Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, ana.deborah@aluno.ufop.edu.br Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3260441946468003>

³ Professor orientador: Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba e professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação/ICHS/UFOP. jacks@ufop.edu.br

literatura, nas festas tradicionais locais, nas artes visuais, na culinária e que revelam alguns dos meios que o povo brasileiro encontra para produzir outras formas de saberes. Contudo, as pessoas com deficiência (PcD) dispõem de pleno acesso às expressões da cultura popular brasileira? Há políticas de acessibilidade para pessoas com deficiência no cenário cultural?

Se observarmos o percurso histórico das PcD, ele é marcado pela exclusão desse grupo em diversos contextos sociais e, somente no século XX, a luta por melhores condições de vida passa a ter visibilidade nas pautas governamentais. A título de exemplo, a Declaração de Salamanca foi um importante plano de ação estruturado por representantes de governo e organizações internacionais na Conferência Mundial da Educação Especial em 1994 e que elaborou um documento que orienta as políticas na área das necessidades educativas especiais.

Sendo assim, a inclusão social perpassa por instrumentos que auxiliam as pessoas com deficiência na sua autonomia e fortalecem sua independência. Esses recursos, denominados de Tecnologias Assistivas, devem ser entendidos "(...) como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência (...)" (BERSCH, 2017, p. 2). Quando aplicados na educação, as Tecnologias Assistivas se apresentam como um subsídio catalisador no aprendizado do aluno com deficiência "na medida em que se situa com instrumento mediador, disponibilizando recursos para o "empoderamento" dessa pessoa, permitindo que possa interagir, relacionar-se e competir em seu meio com ferramentas mais poderosas (...)" (GALVÃO, 2009, p. 26-127)

A partir de um levantamento bibliográfico inicial sobre o ensino formal da cultura popular para pessoas com deficiência nas escolas, foi constatado escassez nos trabalhos que discorrem sobre essa temática. Sendo uma pessoa surda bilateral oralizada desde os três anos, professora e dançarina de cultura popular, ao longo do tempo venho me inquietando com questões referentes aos direitos culturais das PcD. No contexto educacional, por exemplo, como o ensino da cultura popular brasileira para os alunos com deficiência é realizado? A partir dessa problematização, o objetivo geral deste estudo é o de analisar de que forma as Tecnologias Assistivas (TA), com ênfase na Educação Especial, contribuem como ferramentas de ensino da cultura popular brasileira em salas de Atendimento Educacional Especializado em escolas públicas de Ensino Fundamental de Belo Horizonte - Minas Gerais. No que se refere aos objetivos específicos, eles esboçam o itinerário desta pesquisa:

- Identificar os tipos de deficiências acolhidos nos serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como se há ou não o emprego das

Tecnologias Assistivas (TAs) pelos docentes no âmbito da Educação Inclusiva;

- Averiguar como a cultura popular brasileira está sendo trabalhada nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), fundamentando-se nos documentos curriculares norteadores do Ensino Fundamental;
- Avaliar os resultados da pesquisa colaborativa na formação docente no que diz respeito ao uso das Tecnologias Assistivas (TAs), com ênfase na Educação Especial, como ferramenta de ensino da cultura popular brasileira.

A proposta do estudo vai de encontro com a supressão de lacunas substanciais a respeito dessa temática e almeja refletir sobre as práticas de equalização do conhecimento artístico-cultural das pessoas com deficiência através da educação, um território imprescindível para a transformação de uma sociedade mais inclusiva.

METODOLOGIA

O percurso metodológico da presente pesquisa terá abordagem qualitativa visto que ela busca "compreender a perspectiva dos participantes (...) sobre os fenômenos que os rodeiam, aprofundar em suas experiências, pontos de vista, opiniões e significados, isto é, a forma como os participantes percebem subjetivamente sua realidade." (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO; 2013, p. 376). Seguindo essa perspectiva holística, Demo (2001) afirma que as pesquisas qualitativas, além de buscar o aprofundamento dos fenômenos, transformam os objetos em sujeitos a partir da participação e do envolvimento. A finalidade da pesquisa será básica, em razão de não ter característica de aplicabilidade, e o método de abordagem será indutivo. O desenho será exploratório uma vez que, seguindo essa "lógica indutiva, a pesquisa empírica do tipo exploratória permite que os dados coletados sejam organizados de modo a gerar hipóteses e reflexões mais contextualizadas sobre tais problemas (SILVEIRA; MARTINS; GEBARA, 2021, p. 150).

Nessa conjuntura, o universo de estudos compreenderá duas escolas regulares de Ensino Fundamental localizadas em Belo Horizonte - Minas Gerais, com salas de Atendimento Educacional Especializado em pleno funcionamento. Para a seleção das escolas, foram elencados quatro critérios de exclusão: os dados referentes às regionais mais populosas de Belo Horizonte conforme o último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o quantitativo de alunos com deficiência atendidos por cada escola e a

disponibilização da Sala de Recursos Multifuncionais na infraestrutura escolar. É importante ressaltar que a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED), por meio Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (Cape), gentilmente forneceu o nome das escolas que possuem sala de AEE, cuja listagem foi imprescindível para a predefinição do lócus de pesquisa.

A partir do cruzamento dos dados obtidos e pela viabilidade do trabalho, foram designadas três escolas inicialmente: Escola Municipal Professora Efigênia Vidigal na Regional Oeste, Escola Municipal Vinícius de Moraes na Regional Barreiro e Escola Municipal Marconi na Regional Centro-Sul. No entanto, a Escola Municipal Professora Efigênia Vidigal foi descartada devido a um familiar da pesquisadora sendo atendido pelo AEE e que poderia impactar na imparcialidade dos resultados do trabalho pelo fator parentesco. Posto isto, com o universo de pesquisa deliberado, os participantes do estudo serão os professores atuantes no Atendimento Educacional Especializado das outras duas escolas de Belo Horizonte - Minas Gerais e, a partir da pesquisa colaborativa proposta por Ibiapina (2008), será realizado um trabalho em parceria com cada um deles.

Delineando o procedimento metodológico do trabalho, após a aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto e o aval da pesquisa pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED) na rede de ensino, daremos "início à etapa da coleta de dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa, que tem por objetivo reunir os dados pertinentes ao problema a ser investigado" (PÁDUA, 2012, p.55). No primeiro momento, dois documentos fundamentais serão apresentados aos diretores das escolas para dar início à pesquisa: a Carta de Apresentação do Pesquisador e o Termo de Anuência para pesquisa na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME-BH) assinados pela SMED.

Posteriormente ao contato inicial com a direção, será feita a apresentação da pesquisa ao núcleo pedagógico e docente do Atendimento Educacional Especializado, reafirmando a relevância da temática na formação continuada do professor. Feito o convite aos professores do AEE, os participantes que aceitarem colaborar com o trabalho receberão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e responderão a um questionário online sobre perfil pessoal, formação inicial, perfil profissional, tempo de atuação no AEE, condições de trabalho e saberes notórios referentes à educação especial, às tecnologias assistivas e à cultura popular brasileira.

Silva e Barbosa (2021, p. 297) destacam a funcionalidade dos e-questionários que, após a pandemia do Covid-19, passaram a ser amplamente utilizados nas pesquisas

acadêmicas devido às demandas do mundo pós-pandêmico. Os autores enumeram algumas potencialidades desse tipo de questionário como "facilidade de coleta de parados (...), menor perda de participantes devido aos erros de preenchimento, facilidade para dar feedbacks dos resultados (...), diversidade de questões, maior interatividade (...)".

Sendo assim, após a coleta de dados dos participantes por meio dos e-questionários, os profissionais do Atendimento Educacional Especializado participarão de oito Encontros Formativos, a ser decidido de acordo com a disponibilidade dos mesmos: mensal (1 encontro por mês), quinzenal (dois encontros por mês) ou semanal (4 encontros por mês). Os Encontros Formativos estarão alicerçados nos ciclos metodológicos da pesquisa colaborativa que Seniw e Sarmiento (2021) organizam esse percurso em quatro etapas:

1. Diagnóstico-reconhecimento e fortalecimento de identidade de grupo;
2. Planejamento das ações;
3. Aplicação de estratégias de ação, processo de observação, registro e avaliação;
4. Reflexão e organização.

A partir do modelo estrutural proposto, nota-se que a pesquisa colaborativa tem enfoque no protagonismo docente e na reflexão entre teoria e prática. Ou seja, o pesquisador e o professor trabalham juntos na construção colaborativa do conhecimento, ressignificam as práticas educativas e contribuem para uma transformação reflexiva da realidade. Durante a pesquisa de campo, outros instrumentos de coleta de dados serão utilizados como pesquisa documental (Projeto Político Pedagógico das escolas), entrevistas semiestruturadas, diários reflexivos dos professores e registros de campo (material audiovisual do processo formativo e observação participante).

A análise das informações recolhidas será feita por meio da análise crítica do discurso construído pelo participante, visto que a pesquisa se insere no contexto de reflexão de um determinado problema social (MAGALHÃES; MARTINS; REZENDE, 2017). A escrita das discussões dos resultados seguirá a narrativa reflexiva, cujo processo detalha como o pesquisador "(...) construiu os dados, como analisou as situações observadas; explicita as questões que orientam o escrito, as posições teóricas; reflete sobre os erros e os obstáculos encontrados, assumindo o caráter reflexivo do texto escrito" (IBIAPINA, 2008, p. 109).

REFERENCIAL TEÓRICO

O percurso das pessoas com deficiência (PcD) na história da humanidade foi

marcado pela negligência e pela marginalização. Desde o processo de seleção natural na Pré-História, perpassando pela hipervalorização do corpo perfeito no período greco-romano, pela atribuição mística na Idade Média e pelo surgimento das primeiras instituições assistenciais na Idade Moderna, esse grupo enfrentou extermínio e exclusão em todos os âmbitos sociais. Sampaio e Sampaio (2009, p. 22) pontuam alguns acontecimentos importantes acerca da discriminação sofrida por essa parcela da população:

Sabe-se que, em Esparta, crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono. Tais atitudes eram perfeitamente congruentes com os ideais morais da sociedade classicista da época, em que a eugenia e a perfeição do indivíduo eram extremamente valorizadas. Já a Bíblia traz referências ao cego, ao manco e ao leproso a maioria dos quais pedintes ou rejeitados pela comunidade, seja pelo medo da doença, seja porque se pensava que eram amaldiçoados pelos deuses.

Em 1760, foi criado o primeiro Instituto de Surdos na França e 24 anos depois o primeiro Instituto de Cegos em 1784. Ainda que esta institucionalização marcasse um comprometimento com as pessoas com deficiência, Carvalho, Rocha e Silva (2006, p. 48) sustentam a ideia de que seu conceito acabou sendo atrelado posteriormente ao isolamento de "todas as pessoas que interferiam e atrapalhavam o desenvolvimento da nova forma de organização social, baseada na homogeneização e na racionalização, orientada por uma lógica voltada para a produção e o lucro." Em outras palavras, o capitalismo reforçava a exclusão social de pessoas que não se encaixavam no seu modelo econômico.

No século XX, na conjuntura de defesa dos direitos humanos das minorias sociais, o psicólogo Lev Vygotsky deu sua contribuição ao escrever sobre as potencialidades das pessoas com deficiência a partir da Teoria da Defectologia. De acordo com sua teoria sociointeracionista, o aprendizado não pode ser medido pelo defeito, mas pela quantidade de interações e estímulos que esse indivíduo vai receber no meio em que está inserido. Além disso, Vygotsky (2022, p.34) formulou pressupostos teóricos acerca dos processos de compensação dos sentidos e que estes são fundamentais para o desenvolvimento da pessoa com deficiência: "precisamente porque origina dificuldades, ele estimula o movimento elevado e intensificado para o desenvolvimento. (...) qualquer defeito origina estímulos para a formação da compensação." Com base nessa teoria de Vygotsky, podemos afirmar que a defectologia vigotskiana é o pilar fundamental da proposta da Educação Especial (EE) (COSTA, 2006; FAÇANHA; FAHD, 2015-2016; MANICA; ADAMS, 2021; PICOLO; SILVA, 2014; RUPEL; ANSEL; RIBEIRO, 2021).

Sobre essa modalidade de educação escolar, o Ministério da Educação (MEC) publicou um documento intitulado "Política Nacional de Educação Especial" em 1994, em

consonância como o Marco de Ação da Conferência Mundial de Salamanca sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade (SALAMANCA, 1994) para a inclusão e a diversidade. Entretanto, somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394/96 (BRASIL,1996) que o Brasil vai fortalecer as orientações para um ensino de qualidade em prol dos alunos com deficiências sensoriais, físicas e mentais, Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação (AHSD). A título de exemplo, o Capítulo V da LDB n.º 9.394/96, que versa sobre a Educação Especial, preconiza recursos educacionais que atendam às necessidades educacionais dos educandos citados e delinea o atendimento diferenciado como estratégia imprescindível na equidade da aprendizagem dos mesmos. Posto isso, em setembro de 2008, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é consolidado no Decreto n.º 6.571 e torna-se o primeiro documento norteador da Educação Especial na rede regular de ensino. De acordo com Giroto, Poker e Omote (2012, p.12), o Atendimento Educacional Especializado

(...) se constitui, portanto, na ferramenta, no suporte indispensável que viabiliza a escolarização desses alunos no ambiente escolar comum. Sem recursos, estratégias e materiais adaptados que atendam às suas necessidades educacionais especiais, seria muito difícil garantir a participação efetiva nas atividades propostas, bem como a interação com os outros alunos e professores. Tendo um papel de atendimento complementar, e não mais substitutivo, se constitui em uma proposta pedagógica inovadora que pretende compreender e atender às necessidades educacionais especiais de forma a dar a complementação, o suporte necessário, para garantir a aprendizagem dos alunos com deficiências, TGD ou com altas habilidades/superdotação.

Desta maneira, dentre as recomendações do decreto estão o desenvolvimento de instrumentos educacionais para a acessibilidade e a formação continuada dos professores, dos gestores e demais profissionais da escola para o AEE (FREITAS, 2012). É nessa conjuntura que as Tecnologias Assistivas (TA) se transformam em importantes recursos pedagógicos de acessibilidade. O Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), por meio do documento que discute as Tecnologias Assistivas para pessoas com deficiência (Brasil, 2009, p.13), conceitua as TA como "uma área do conhecimento (...) que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade (...) de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia (...) e inclusão social." Nesse sentido, a Tecnologias Assistiva aplicada à Educação Especial é uma importante ferramenta de auxílio no processo de ensino e de aprendizagem.

Galvão (2009) corrobora com a capacidade transformadora da Tecnologia Assistiva em proporcionar independência às PcD, sendo um elemento-chave no processo de aprendizado a partir da riqueza de estímulos. Entretanto, a TA é um meio, não um fim em si

mesmo (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012). Além disso, é imprescindível oferecer formação continuada aos profissionais que trabalham com a Educação Especial para que seu aluno com deficiência explore as diversas possibilidades de construção de conhecimento a partir da TA.

Nesse contexto, a cultura popular brasileira na escola, respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1999), pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (DNEEEB) (2001) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), emerge como possibilidade de multiplicar as interações sociais dos alunos com deficiência, TGD e AHSD, além da ampliação dos seus saberes. Para reforçar a importância da cultura popular na Educação Especial, podemos salientar as ideias de Brandão (2008, p. 29), conectadas à pedagogia sociointeracionista de Vygotsky (2022) no que diz respeito à construção social do ser humano com deficiência a partir da riqueza de estímulos e das interações culturais:

Nós somos o extremo da experiência em que a vida de um indivíduo precisa aprender interativa, social e culturalmente, para tornar-se um ser pessoal, uma pessoa. Ou seja: a cultura de uma gente, de um povo, de uma família, realizada na vida e na experiência única de uma pessoa. Somos porque aprendemos, e a educação tem, na criação da vida humana, um lugar bastante mais essencial do que em geral imaginamos. Na verdade, como seres inteiramente dependentes de processos culturais de socialização (de transformação de um indivíduo em uma pessoa) somos e seremos sempre a educação que criamos e que criaremos, para que ela continuamente nos recrie.

No entanto, existem alguns desafios a serem enfrentados para o êxito dessa proposta: a ausência de um sistema estruturado no Brasil no que diz respeito à implementação das Tecnologias Assistivas (GALVÃO, 2009), a concepção errônea de que a cultura popular é uma brincadeira de recreio nas escolas (BRANDÃO, 2008) e a formação insuficiente dos professores que, segundo Cortelazzo (2012, p. 105), "não há programas regulares (...) para a formação de professores para desenvolverem a integração dos alunos nas classes regulares e não há professores em quantidade necessária e suficiente para o atendimento especializado." Apesar dessa complexidade de fatores, pensar na cultura popular estruturada no currículo funcional e adaptado da Educação Especial, com mediação de recursos como a Tecnologia Assistiva, é enaltecer a diversidade dentro da diversidade. Em outras palavras, é abrir caminhos para que as próximas gerações usufruam de uma formação mais humana e solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o artigo 5 da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(UNESCO, 2002), os bens culturais estão integrados aos direitos humanos e diz respeito à garantia de que toda pessoa deve poder participar da vida cultural no meio onde está inserida. Além do mais, o direito à cultura está no Art. 215. da Constituição Federal Brasileira e garante que todos devem ter acesso aos bens culturais. Posto isto, as pessoas com deficiência (PcD) devem usufruir da diversidade das manifestações populares brasileiras e que a acessibilidade nessa conjuntura esteja garantida, entretanto há um caminho a ser percorrido para que os direitos das PcD sejam plenamente respeitados.

As pesquisas, embora ainda sejam poucas nessa área, têm surpreendido a cada dia com novas descobertas, novos dispositivos, novas tecnologias que abrem amplos horizontes para as pessoas com deficiência. A valorosa contribuição da cultura popular na formação do ser humano reverbera nas pesquisas de Brandão (2008) e Silva (2008) e, por isso, o contributo deste estudo está em propor um debate sobre como podemos prosseguir avançando na estruturação de políticas públicas e de acessibilidade para PcD na cultura e efetivar ainda mais a inclusão delas no conhecimento acerca das manifestações populares brasileiras.

REFERÊNCIAS

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Disponível em:

<https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assis. Acesso em 22/02/2024.

BRANDÃO, C. Viver de criar cultura, cultura popular, arte e educação. In. SILVA, R. M. C. (Org). **Cultura popular e educação**. Brasília: Salto para o futuro/TV Escola/SEED/MEC, 2008.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase> Acesso em: 21/02/2024

_____. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html> Acesso em 20/02/2024

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: Secretaria da Educação Especial, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: SEF/MEC, 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Comitê de Ajudas Técnicas Tecnologia Assistiva**. – Brasília : CORDE, 2009.

CARVALHO, A. R.; ROCHA, J. V.; SILVA, V. L. R. R. Pessoa com deficiência na história: modelos de tratamento e compreensão. In: Programa Institucional de ações relativas às pessoas com necessidades especiais - PEE (org). **Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. p. 15 – 56.

CORTELAZZO, I. B. C. Formação de professores para uma educação inclusiva mediada pelas tecnologias. in: GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (orgs.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília: Oficina Universitária/São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

COSTA, Dóris Anita Freire. Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. **Revista Psicopedagogia**, v. 23, n. 72, p. 232 - 240, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, política e prática em educação especial. **Conferência Mundial de Educação Especial**. Salamanca: s/ed., junho de 1994, 19 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394> Acesso em 22/02/2024

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**. 2ª Edição. São Paulo: Papyrus; 2001

FAÇANHA, L. S.; FAHD, W. C. B. A educação especial inclusiva a partir da defectologia de Vygotsky. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 25:nov/2015-abril/2016, p.113-133.

FREITAS, S. N. Altas Habilidades/Superdotação: processos de mediação com a utilização de tecnologias de informação e comunicação. in: GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (orgs.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília: Oficina Universitária/São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GALVÃO FILHO, T. A. **Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: Apropriação, Demandas e Perspectivas**. 2009.346. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (orgs.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília: Oficina Universitária/São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=2> Acesso 25/02/2024

IBIAPINA, I. M. L. M. **Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Liber, 2008.

MAGALHÃES, I; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017.

MANICA, A. P; ADAMS, F. W.. As contribuições da psicologia histórico-cultural para o ensino dos alunos público-alvo da Educação Especial: em foco a defectologia. **Revista Leituras em Pedagogia e Educação**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 122–140, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/relpe/article/view/13611>. Acesso em: 25 fev. 2024.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 17. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

PICCOLO, G.; SILVA, S.C. A defectologia em Vygotski: do proposto ao pensado na Educação Especial. **Revista digital**. Buenos Aires - Año 19 - N° 192 - May 2014 Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd192/a-defectologia-em-vygotski.htm> Acesso em: 25 fev 24

RUPPEL, C.; HANSEL, A.F.; RIBEIRO, L. Vygotsky e a defectologia: contribuições para a educação dos estudantes com deficiência nos dias atuais. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.8, n.1, p. 11-24, Jan.-Jun., 2021

SAMPAIO, C.T; SAMPAIO, S.M.R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa** . 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SENIW, R. M; SARMENTO, D. F. Pesquisa-ação colaborativa: fundamentos teóricos e metodológicos. in: MOREIRA, L. V. C; MENEGAT, J. **Métodos e técnicas de pesquisas científicas**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

SILVA, N. L. P.; BARBOSA, A. J. G. Questionário e E-questionário na investigação científica. in: MOREIRA, L. V. C; MENEGAT, J. **Métodos e técnicas de pesquisas científicas**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

SILVA, R. M. C. (Org.). **Cultura Popular e Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

SILVEIRA, P. S; MARTINS, L. F.; GEBARA, C. F. P. Pesquisas Descritivas, exploratórias e explicativas. in: MOREIRA, L. V. C; MENEGAT, J. **Métodos e técnicas de pesquisas científicas**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

UNESCO. **Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural**. 2002 Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf> Acesso em 25/02/2024

VIGOTSKI, L.S Vigotski, Lev Semionovich. **Fundamentos de Defectologia**. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.